

INSTITUTO AMO ACALENTAR – CNPJ: 21.743.541/0001-80 (Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 Em Reais (R\$))									
BALANÇO PATRIMONIAL				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Ativos	31/12/2024	31/12/2023		Nota	Patrim. Social	Aj. de Aval. Patrim.	Superávit (Déf.) Acum.	Total	
Caixas e equiv. de caixa	87.181,94	80.724,02	Saldos em 31 de dez. de 2022		(19.408,10)	-	81.409,95	62.001,85	
Aplicações financeiras	242.250,66	230.714,91	Incorporação ao Patrimônio Social		81.409,95				(81.409,95)
Contas a receber - contratos	370.216,90	330.550,80	Realização de custo atribuído						
Estoques de Consumo	157.933,34	150.412,70	Ajustes patrimoniais						
Outros créditos	31.308,04	30.694,16	Superávit do Exercício				45.836,22	45.836,22	
Total do Ativo Circulante	888.890,88	823.096,59	Saldos em 31 de dez. de 2023		62.001,85		45.836,22	107.838,07	
Imobilizado - contratos	41.344,78	40.140,56	Incorporação ao Patrimônio Social		36.304,54				(36.304,54)
Intangível - contratos	-	-	Realização de custo atribuído						
Total do Ativo Não Circ.	41.344,78	40.140,56	Ajustes patrimoniais						
Total do Ativo	930.235,66	863.237,15	Superávit do Exercício				36.304,54	36.304,54	
Passivo	31/12/2024	31/12/2023	Saldos em 31 de dez. de 2024		98.306,39		45.836,22	144.142,61	
Fornecedores	243.158,27	236.971,15	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA						
Empréstimos	-	-	Fluxos de caixa das atividades operac.		2024	2023			
Obrigações trabalhistas	324.107,30	307.294,86	Superávit (déficit) do Exercício		144.142,61	107.838,07			
Obrigações sociais	99.232,50	95.867,45	Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa						
Obrigações fiscais	58.544,94	56.253,44	Depreciação e Amortização		(37.535,14)	(30.028,11)			
Outras contas a pagar	61.050,00	59.012,18	Provisão (Reversão) para Contingências		-	-			
Total do Pas. Circulante	786.093,01	755.399,08	Superávit do exercício Ajustado (Aum.) / Redução nos Ativos Operac.		106.607,47	77.809,96			
Patrimônio líquido	107.838,07	62.001,85	Contas a receber		(89.666,10)	(27.642,56)			
Ajuste de aval. patrimonial	-	-	Estoques		12.479,37	29.999,60			
Superávit acumulado	36.304,54	45.836,22	Outros créditos		(613,88)	(7.567,42)			
Total do Patrim. Líquido	144.142,61	107.838,07	Aumento / (Red.) nos Passivos Operac.						
Total do Pas. e Patr. Líq.	930.235,62	863.237,15	Fornecedores		(36.187,12)	(12.928,80)			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO									
Receita	31/12/2024	31/12/2023	Obrigações trabalhistas		(36.812,44)	(25.238,40)			
Serviços prestados Contratos	370.216,90	330.550,80	Obrigações sociais		(20.665,30)	(36.575,37)			
Serv. prest. conv. e partic.	-	-	Obrigações fiscais		(2.291,50)	(13.794,41)			
(-) Glosas	-	-	Outras contas a pagar		(2.037,82)	(10.395,24)			
Total Receitas Operac.	370.216,90	330.550,80	Caixa líquido prov. das operações		(69.187,32)	(26.332,64)			
Custos			Fluxo de caixa das ativ. de invest.						
Serviços de terceiros	(34.001,45)	(20.000,85)	Aquisição de Imob. e Intangível (Nota 6)		41.344,78	40.140,56			
Pessoal e encargos	(69.301,68)	(42.001,02)	Baixa de Imob. e Intangível (Nota 6)		-	-			
Materiais e medicamentos	(34.960,71)	(23.000,47)	Caixa aplicado nas ativ. de invest.		41.344,78	40.140,56			
Superávit Bruto	231.953,06	245.548,46	Fluxo de caixa das ativ. de financ.						
(Desp.) / Receitas Operac.			Aumento de Capital		45.836,22	81.409,95			
Pessoal e encargos	(46.201,12)	(28.000,68)	Aquisição de empréstimos e financ.		-	-			
Serviços de terceiros	(69.750,99)	(45.000,64)	Pagtos de empréstimos e financiamentos		-	-			
Impostos, taxas e contribuições	(4.665,45)	(3.217,55)	Caixa aplicado nas ativ. de financiam.		45.836,22	81.409,95			
Depreciação/amortização	(37.535,14)	(30.028,11)	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquido		17.993,67	95.217,87			
Desp. gerais e administrativas	(48.600,68)	(27.000,38)	No início do exercício		311.438,93	216.221,06			
Superávit operacional antes do resultado financeiro	25.199,68	112.301,10	No fim do exercício		329.432,60	311.438,93			
Finanças Líquidas			Caixa e Equiv. de Caixa no Fim do Per.		17.993,67	95.217,87			
Despesas financeiras	(9.127,20)	(5.647,12)	meio de processo eletrônicos via sistema de informações. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados aos aspectos do respectivo documento, em elementos que comprovem e evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As Demonstrações Contábeis, incluindo as Notas Explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no Livro Diário da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que compõem a escrituração contábil. NOTA 4. Principais Práticas Contábeis:As demonstrações contábeis para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram elaboradas com as seguintes práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa: Composto por valores em espécie, conta corrente e aplicações financeira de liquidez imediata com acréscimo de seus rendimentos até a data do Balanço, com base no regime de competência;b) Imobilizados estão demonstrados ao custo de aquisição;c) Receitas e despesas com base no regime de competência. NOTA 5. Declaração de Conformidade:Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 31 de janeiro de 2025. Base de Mensuração: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma. NOTA 6. Resumo das Principais Políticas Contábeis: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Caixa e Equivalentes de Caixa: São representadas por disponibilidade, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilizado: I. Reconhecimento e Mensuração: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. II. Custos Subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que bene-						
fícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. III. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes: Taxa Anual de Depreciação - %				Aparelhos Med. e Cir. 10% Instrumentos de Cirurgia 10% Máquina e Equipamentos 10% Moveis e Utensílios 10% Moveis e Utensílios Hosp. 10% Eq. Informática 20% Aparelhos Telefônicos 20% O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.d. Intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. Taxa Anual de Amortização - %					
Software 20%				e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f. Julgamentos e Estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. I. Provisões para Riscos Judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. II. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g. Apuração do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h. Reconhecimento de Receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos: Nas demonstrações contábeis de 2024 e 2023 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. k. Patrimônio Líquido: Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. Belém/PA, 30 de junho de 2025.					
Simão Pedro de Lucena Abucater - Presidente - CPF: xxx.068.092-xx, RG: 99xx CFM/PA. Claudia Maria dos Reis Silva - Contador - C.P.F.: xxx.139.272-xx, RG : 61298xx PC/PA - C.R.C.: PA-022470/O-2.				Protocolo: 1233328					